



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2026.

(Da Sra. Caroline De Toni)

Requer informações ao Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento acerca dos impactos dos bloqueios orçamentários anunciados pelo Governo Federal em 2026 sobre investimentos, obras, contratos, convênios e programas federais destinados à Região Sul e ao Estado de Santa Catarina.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, e dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, o presente pedido de informações, para que preste os seguintes esclarecimentos:

- 1) O Ministério do Planejamento e Orçamento realizou avaliação específica dos impactos dos bloqueios orçamentários anunciados em 2026 de forma regionalizada? Em caso positivo, encaminhar os estudos, notas técnicas, pareceres e documentos correlatos.
- 2) Qual o valor total dos recursos federais originalmente previstos para a Região Sul no exercício de 2026 e qual o montante afetado pelos bloqueios e contingenciamentos anunciados pelo Governo Federal?
- 3) Qual o valor total dos recursos federais originalmente previstos para o Estado de Santa Catarina no exercício de 2026 e qual o montante afetado pelos bloqueios e contingenciamentos anunciados pelo Governo Federal?
- 4) Há estimativa de atraso, reprogramação, suspensão ou redução de escopo de empreendimentos federais localizados na Região Sul em decorrência dos bloqueios anunciados?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC

- 5) O Ministério realizou análise dos impactos econômicos dos bloqueios sobre Estados com elevada participação na produção agropecuária, industrial e exportadora nacional, especialmente Santa Catarina? Em caso positivo, encaminhar os respectivos estudos.
- 6) Encaminhar a relação completa, em formato de planilha editável, de todos os programas, obras, contratos, convênios, termos de compromisso, investimentos e demais ações federais localizados no Estado de Santa Catarina que tiveram recursos bloqueados, contingenciados, reduzidos, reprogramados ou cuja execução física ou financeira tenha sido alterada em decorrência das medidas anunciadas pelo Governo Federal em 2026, indicando:
- a) órgão responsável;
 - b) município beneficiado;
 - c) objeto da ação;
 - d) valor originalmente previsto;
 - e) valor empenhado;
 - f) valor bloqueado ou contingenciado;
 - g) percentual da redução;
 - h) estágio atual de execução;
 - i) impacto estimado no cronograma físico-financeiro.
- 7) Encaminhar demonstrativo consolidado, em formato de planilha editável, contendo a distribuição dos bloqueios e contingenciamentos por unidade da Federação, discriminando os valores atribuídos a cada Estado.
- 8) Existe previsão de recomposição dos recursos federais bloqueados? Em caso positivo, informar critérios e cronograma previstos.
- 9) Existe previsão de recomposição dos recursos federais bloqueados que afetem especificamente empreendimentos localizados no Estado de Santa Catarina? Em caso positivo, informar critérios e cronograma previstos.
- 10) Quais ministérios e órgãos federais possuem, atualmente, ações ou empreendimentos localizados em Santa Catarina que sofreram impacto decorrente dos bloqueios anunciados pelo Governo Federal em 2026?





JUSTIFICATIVA

O Governo Federal anunciou, em 2026, expressivos bloqueios orçamentários¹ que atingem diversos órgãos da Administração Pública Federal, especialmente áreas relacionadas à infraestrutura, desenvolvimento regional, logística, energia, mobilidade urbana e investimentos estratégicos. Considerando a magnitude dos valores envolvidos, torna-se indispensável que o Congresso Nacional tenha pleno conhecimento dos critérios adotados e dos impactos concretos decorrentes dessas decisões.

Embora os bloqueios sejam apresentados como instrumento de ajuste fiscal e cumprimento das metas estabelecidas pelo novo arcabouço fiscal, é dever constitucional do Parlamento fiscalizar os efeitos dessas medidas sobre a execução de políticas públicas, a continuidade de obras em andamento e a aplicação dos recursos públicos em todas as regiões do país.

A preocupação mostra-se ainda mais relevante no caso da Região Sul e do Estado de Santa Catarina, cuja economia possui forte participação nos setores industrial, agropecuário, logístico e exportador. Investimentos federais em infraestrutura de transportes, portos, aeroportos, energia, saneamento, habitação e prevenção de desastres desempenham papel fundamental para a manutenção da competitividade econômica regional e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Além disso, Santa Catarina vem enfrentando desafios recorrentes relacionados a eventos climáticos extremos, exigindo investimentos contínuos em obras de contenção, drenagem, defesa civil e recuperação da infraestrutura pública. Eventuais reduções de recursos nessas áreas podem gerar consequências significativas para municípios e cidadãos.

Cabe destacar que a transparência orçamentária constitui princípio fundamental da administração pública e condição indispensável para o adequado controle externo exercido pelo Poder Legislativo. A divulgação detalhada dos impactos territoriais e setoriais dos bloqueios permitirá avaliar se as medidas

¹ <https://www.poder360.com.br/poder-governo/governo-bloqueia-r-83-bi-da-area-de-infraestrutura/> e <https://www.cnnbrasil.com.br/infra/governo-bloqueia-r-83-bi-de-ministerios-e-reguladoras-de-infraestrutura/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC

adotadas preservam investimentos essenciais ou se estão produzindo efeitos desproporcionais sobre determinadas regiões e setores estratégicos da economia nacional.

Diante da relevância do tema e da necessidade de assegurar ampla transparência na gestão dos recursos públicos, justifica-se a presente solicitação de informações.

Sala das Sessões, ____/____/____.

Caroline De Toni
Deputada Federal (PL/SC)

Apresentação: 01/06/2026 15:33:45.710 - Mesa

RIC n.1651/2026



* C D 2 6 6 4 1 8 0 5 8 8 0 0 *